

Registros de Memória: Leitura da Paisagem Cultural da Cidade de São João Del Rei, em Minas Gerais, por meio da Iconografia Histórica

Vanessa Borges Brasileiro *

André Guilherme Dornelles Dangelo**

Celina Borges Lemos ***

RESUMO: Este artigo visa analisar a conformação da paisagem cultural da cidade de São João Del Rei, em Minas Gerais, a partir dos registros histórico-iconográficos. Resulta de uma pesquisa desenvolvida com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) entre 2010 e 2012, que teve por objetivo elaborar um estudo sobre a morfologia urbana e tipologias arquitetônicas fundamentais para se entender as formas de ocupação territorial da cidade histórica de São João Del Rei.

Frente à paisagem caótica e anônima, como fazer aflorar os elementos culturais? Pretende-se investigar criticamente a relação entre homem, edifício, cidade e paisagem ao longo do tempo, fazendo da vasta iconografia histórica – sobretudo a fotografia – instrumento de desvelamento e interpretação destas relações. A partir desta ótica de reflexão, pretende-se trazer à luz novas possibilidades de compreensão das relações urbanas e arquitetônicas que contribuíram e sedimentaram a paisagem da cidade ao longo de seus quase três séculos de história.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem cultural; iconografia histórica; memória; São João Del Rei.

ABSTRACT: This article aims to analyse the structure of the cultural landscape of São João Del Rei, in Minas Gerais, according to the historic iconographic registers. It is the result of a research granted by Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) between 2010 and 2012, that aimed to elaborate a study of the urban morphology and the architectural typologies, needed to comprehend the ways of occupying the territory in the historical city of São João Del Rei.

Facing the anonymous and chaotic landscape, how could the cultural elements bloom? We intend to investigate the relationship between mankind, building, city and landscape through the years, taking the vast historical iconography – mainly photography – as an instrument of revealing and interpreting this relationship. From this point of view, we intend to make come to light new possibilities of comprehension of urban and architectural relationship that had contributed and sedimented the city landscape during this almost three hundred years of history.

KEYWORDS: cultural landscape; historical iconography; memory; São João Del Rei

* UFMG

** UFMG

*** UFMG

São João Del Rei: a formação da cidade. O sítio natural

O termo topografia designa "descrição do lugar", para denotar a configuração física. Em toda a região dos Campos das Vertentes o sítio natural é pitoresco e variado: morros suavemente ondulados, serras escarpadas, rios caudalosos, cascatas. O encantamento nos Campos das Vertentes provém da surpresa do viajante que, após caminhadas por serras íngremes – como fez Saint-Hilaire – se depara com a planície verde e extensa. "Vertentes porque esta região, alcandorada nos contrafortes da Mantiqueira, representa o divisor de águas que dela partem formando as quatro bacias hidrográficas constituídas pelos rios: Doce, São Francisco, Paraná e Paraíba do Sul." (SOBRINHO, p.14). Ao aproximarmos-nos do vale do Rio das Mortes, os elementos naturais ganham maior expressividade, e podemos ler claramente, em São João del Rei, a conformação do espaço natural (Figura 1). A posição geográfica de São João del Rei no Vale do Rio das Mortes contribuiu, como vimos, para a formação de um entreposto comercial – parada obrigatória do "Caminho Velho" que unia Parati e Taubaté às Minas. Sua paisagem natural, composta por vales, cachoeiras, serras, matas e campos constituiu verdadeiro elemento-base para a formação da urbe, sob seu aspecto morfológico. A estrutura do relevo estabelece caminhos, elementos que direcionam o espaço, formados pelo conjunto montanha-vale, bem como um padrão espacial extenso e uniforme que se contrapõe aos primeiros e conforma domínio – a como a Várzea do Marçal.



Figura 1 – Vista de Matozinhos, sem data.

Fonte: http://www.ibamendes.com/2013/04/fotos-antigas-de-cidades-de-minas_4997.html, acesso em 22set2013.

Era meio-dia quando avistamos, num frêmito de prazer, lá muito abaixo, o vale do Rio das Mortes. À nossa direita, elevavam-se a cerca de seis milhas, as linhas da Serra de São José. À esquerda, estava São João del Rei, ostentando uma dúzia de igrejas e estendendo-se, como se fora um lenço branco, sobre uma encosta irregular e severa. A nossos pés, na pequena planície ribeirinha estava o Arraial de Matosinhos, um lindo subúrbio. (BURTON, p.56).

A leste corre o Rio das Mortes, testemunha de tantos fatos históricos. A seu lado se ergue, imponente, a Serra de São José, limite preciso entre os municípios de Tiradentes e São João, os arraiais Velho e Novo de outrora. Ao norte, a Serra do Lenheiro rivaliza com aquela primeira sob o aspecto geomorfológico, mas surge como cenário para assentamento de São João del Rei, pois foi ao sopé da mesma que as primeiras veias auríferas foram encontradas, fixando o homem à terra. Uma pequena elevação ao sul, o Morro do Bonfim, determina juntamente com a serra e um vale, e com ele o afluente esquerdo do Rio das Mortes, que por ter suas nascentes na serra ficou denominado Córrego do Lenheiro. Ainda hoje, os habitantes da cidade param para admirar o pôr-do-sol sob a serra, "lá para os lados do Lenheiro"...

Assentamento

A situação topográfica determinou, no caso de São João del Rei, um tipo de assentamento caracterizado pela longitudinalidade, em virtude do acompanhamento do curso natural do Lenheiro (Figura 2) – este situado, como já dissemos entre a serra de mesmo nome e o morro do Bonfim. Deste modo, é fácil percebermos como os arruamentos originais seguem paralelos ao leito do rio: rua Santo Antônio, rua Direita (corruptela de "Direta"), rua do Barro Vermelho, até alcançar o ponto de travessia do Rio das Mortes, já no bairro de Matosinhos.

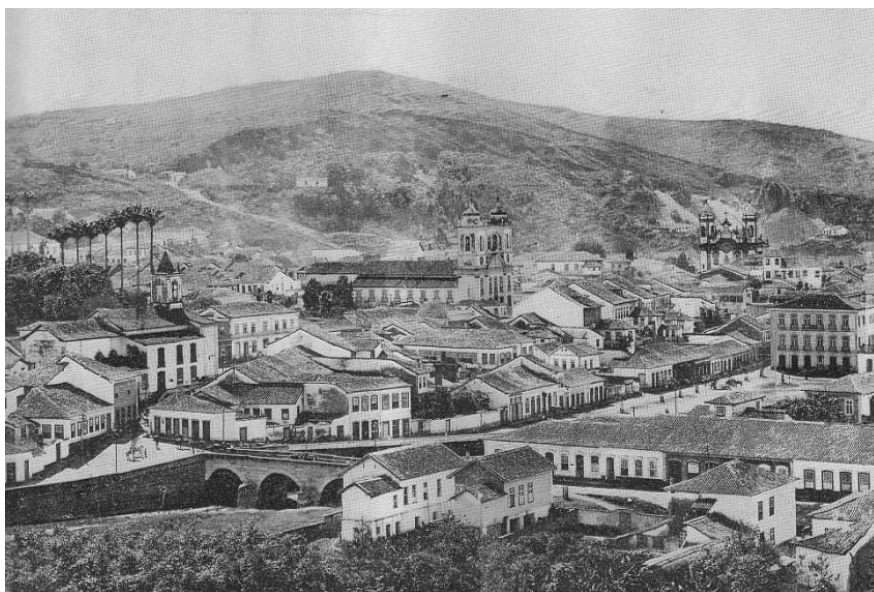


Figura 2 – Vista parcial do Centro Histórico de São João Del Rei, 1915.

Fonte: Acervo André Dangelo.

A existência do córrego do Lenheiro determina a necessidade de pontes (Figura 3) sobre seu leito e percebemos que, a cada momento histórico-econômico vivido, a cidade se encarregou de estabelecer tais ligações. Somente na área de estudo contamos com cinco pontes e pontilhões, em diversos materiais. Ao descrever São João del Rei em seu livro "Em Minas", Carlos de Laet dividiu a cidade em dois bairros: São Francisco e Matriz, comunicados por três pontes; elogiou a inteligência dos construtores, que deixaram um grande leito para o córrego, ainda que lhe tenha parecido uma desproporção. Sem pretender, o jornalista descreveu uma das mais fortes imagens da cidade.

Também devemos fazer referência à linearidade da rua da Prata que se prolonga da Ponte do Rosário até o morro do Bonfim – desta vez perpendicularmente ao rio, demonstrando a ligação entre as primitivas capelas.



Figura 3 – Vista aérea de São João Del Rei, 1940.

Fonte: Arquivo André Dangelo.

Conjuntos urbanos

O centro histórico pode ser compreendido como a expressão de um processo dinâmico. Ao contrário das demais cidades mineiras do período colonial, a estagnação comercial não se deu como consequência imediata do declínio da produção aurífera. Desta forma, encontramos no centro histórico diversos estilos arquitetônicos, representantes das fases vividas na cidade; o colonial se refere, então, ao Ciclo do Ouro; o ecletismo está presente tanto no princípio do século, em função da estrada de ferro, da produção cafeeira do sul do

Estado e das tecelagens, quanto nos anos 40 – quando também surge o modernismo – relativos ao último surto industrial na região: o da extração de cassiterita (Figuras 4 a 6).



Figura 4 – Edifício do século XVIII, reformado na metade do século XIX a fim de se adaptar às novas exigências estéticas da arquitetura da cidade.

Fonte: André Dangelo, 2011.



Figura 5 – Grupo Escolar João dos Santos, 1910.

Fonte: Acervo André Dangelo.



Figura 6 – Sede dos Correios, 1958.

Fonte: Arquivo Foto Milton.

Tendo em vista estas características, a análise sobre o sítio adotou uma perspectiva também dinâmica e ampla, contrariando a antiga visão do IPHAN de Rodrigo de Melo Franco que considerava somente os monumentos barrocos, onde o perímetro de tombamento se confunde com as áreas com predominância de edificações dos séculos XVII e XVIII. Uma importância especial deverá, portanto, ser dada a toda construção ou espaço de qualidade, representativos dos demais períodos.

A determinação dos conjuntos urbanos se fez a partir das descobertas das características específicas de cada espaço. Tomando as contemporâneas linhas teóricas de percepção da paisagem ¹, estabelecem-se áreas de caráter diferenciado – nossos conjuntos urbanos constituem, então, lugares. O caráter exige uma maior articulação formal para ser expresso do que uma simples organização espacial; o caráter pressupõe um estilo – linguagem de formas simbólicas, constituída por elementos básicos combinados de diferentes modos. “O caráter é determinado pela constituição material e formal do lugar” (NORBERG-SCHULZ, p.14). Um grupo de edifícios com características semelhantes, ou seja, que apresentam os mesmos motivos arquitetônicos, em geral constituem um caráter.

A iconografia histórica: retratação das relações homem e paisagem

Uma análise da paisagem que se pretenda fazer em um movimento ao revés, que toma os mesmos ângulos adotados pelos fotógrafos do início do século XX, necessariamente inicia-se com a compreensão do papel dos artistas e fotógrafos responsáveis pela retratação desta paisagem. O registro memorial da ocupação do sítio natural e da cidade de São João Del Rei

¹ Referimo-nos, em especial, à Geografia cultural, e seus principais autores: Chantal Blanc-Pamard & Jean-Pierre Raison (1986), Paul Claval (2004) e Carl Sauer (1999). Trataremos do conteúdo do trabalho destes autores na segunda parte do texto.

inicia-se com Venâncio José do Espírito Santo (?-1878), renomado pintor sacro, autor da pintura sobre o forro da matriz local, dedicada a Nossa Senhora do Pilar (Figura 7).



Figura 7 – Venâncio José do Espírito Santo, vista parcial da cidade de São João Del Rei (1878).

Fonte: Museu de Arte Sacra de São João Del Rei.

Significativo papel exerceram os naturalistas do século XIX, responsáveis pela fatura de aquarelas – técnica de rápida execução, que exigia do artista uma leitura sintética dos elementos da paisagem. Dentre eles destaca-se Johann Moritz Rugendas (1802-1858), pintor alemão que viajou o Brasil entre 1822 e 1825 com o objetivo de coletar informações para o Barão Langsdorff ², interessado em explorações minerárias. Em sua obra, Rugendas pintava para além da objetividade, capturando da paisagem, e imprimindo sobre papel e tela o que considerava a essência do sítio.

O advento da fotografia no final do século XIX propiciou um vasto repertório de registro das paisagens urbanas. Desde Louis Daguerre (1787-1851), a cidade em transformação foi objeto de um olhar atento. Em São João Del Rei, a dinâmica econômica permitiu a chegada relativamente rápida – início do século XX – desta inovadora tecnologia. Ávidos pelo consumo dos bens produzidos na Europa, a sociedade local patrocina os “retratistas” para o registro de suas famílias. Em contrapartida, a cidade passou a ser objeto das lentes de fotógrafos como André Bello (1878-?), imigrante italiano que chegou em São

² Georg Heinrich von Langsdorff ou de Langsdorf (1774-1852) foi um explorador holandês, mais tarde naturalizado russo, que percorreu o território brasileiro desde 1803. Médico por formação, Langsdorff assumiu a atividade de naturalista, registrando em diversas publicações suas descobertas. Liderou em 1824 uma viagem a Minas Gerais.

João Del Rei por volta de 1910. Empreendedor, Bello abriu na cidade o *Atelier Photographico* e uma oficina de emolduramentos de quadros, tendo habitado um dos mais belos solares da cidade, atualmente demolido.

Em 1913, a municipalidade – com o apoio e o subsídio dos comerciantes locais – publica o *Álbum de São João Del Rei*, importante referência para este estudo. Ali encontramos exemplos da publicidade local, mas igualmente das tipologias arquitetônicas mais significativas e, em especial, dos empreendimentos públicos para a modernização da cidade. Décadas mais tarde, esta mesma estratégia foi utilizada pela Prefeitura Municipal na gestão de Milton Viegas (1966-1971), e é possível perceber a extensão ainda limitada das transformações na paisagem.

A prática do registro fotográfico se populariza na cidade a partir dos anos de 1930, e nas décadas seguintes as transformações na paisagem foram marcadas pela obra de Silvério Parada e Foto Milton. Além destes profissionais, diversos arquivos pessoais foram consultados, e contribuíram enormemente para a percepção das transformações empreendidas, mas também das permanências, objeto de nosso interesse.

Por meio do olhar destes indivíduos, buscamos compreender a conformação das características da paisagem. Iniciamos nossa investigação pela paisagem natural. O enorme maciço da serra do Lenheiro domina o horizonte. Rugendas nos mostra o quanto a geomorfologia determina o segundo elemento referencial, o córrego do Lenheiro (Figura 8). A imagem nos demonstra o paralelismo entre a montanha e o rio, em que se assume ainda uma linearidade do percurso das tropas; de fato, a economia de São João Del Rei sempre se caracterizou pela forte presença do comércio, facilitado pela marcha suave ao longo do leito do Lenheiro.



Figura 8 – Johann Moritz Rugendas, Vista de São João del Rei.

Fonte: http://www.ibamendes.com/2013/04/fotos-antigas-de-cidades-de-minas_4997.html, acesso em 22set2013.

A longitudinalidade que caracteriza a paisagem é transportada para o tecido urbano. Como vimos, as principais vias seguem ao longo do córrego, em cotas mais altas. Percebe-se, por meio das imagens, esta característica. Contudo, ao longo do tempo, a relação da cidade com o rio se altera; se antes, dava-se as costas ao córrego (Figura 9), a partir dos anos de 1930, abre-se a via pública e uma nova perspectiva na imagem da cidade (Figura 10). Se, inicialmente, o vale era relegado a um segundo plano, compreendido como indesejável à constituição da paisagem, a partir da chegada da ferrovia – que trouxe consigo os hábitos e leis higienistas e os valores positivistas de Ordem, Amor e Progresso – o leito passou a constituir nova relação urbana, em que um protagonismo diferencial passa a ser visível. Tal mudança de perspectiva é marcada não apenas pela ocupação paulatina de suas margens, agora com os estilos de época, mas pela construção sistemática de pontes, elementos de conexão entre as margens da cidade.

O tecido urbano se define pelo correr das casas, que seguem inicialmente a linearidade já mencionada. Maior exemplo é a sequência das ruas de Santo Antônio, Direita e do Barro-Vermelho, caminho histórico entre a localidade de Lavras e o Caminho Novo da Estrada Real. A rua Direita pode ser considerada sua síntese: reúne casario e monumentos, marcada em cada uma de suas extremidades pelos largos do Rosário e do Carmo (Figura 11). Nela vemos, ao longo do tempo, as maiores transformações, das modernizações de fachadas às retificações do traçado. Entretanto, ainda se lê a síntese da imagem em que se articulam via, monumento e casario (Figura 12).



Figura 9 – Chafariz dos Arcos, s.d.

Fonte: Acervo André Dangelo.



Figura 10 – Vista parcial da cidade de São João Del Rei, circa 1940.

Fonte: Acervo André Dangelo.



Figura 11 – André Bello, Vista da Rua Direita, s.d.

Fonte: Acervo André Dangelo.



Figura 12 – Reconstituição da evolução arquitetônica a partir do inventariamento dos imóveis e da documentação fotográfica levantada entre 1890 e 2000.

Fonte: Acervo André Dangelo.

Relevante papel exercem os monumentos: polarizam, articulam, hierarquizam a paisagem. É constante a construção da paisagem se fazer na oposição entre tecido denso e adros que se abrem, entre casario homogêneo e baixo e a verticalidade das torres. Notório exemplo é o da igreja de São Francisco de Assis. Embora o adro tenha sido urbanizado apenas nos anos de 1930, o sítio já apresentava e conservou a qualidade paisagística que colaboram para a construção do renome do monumento (Figuras 13 e 14).



Figuras 13 e 14 – Adro da igreja de São Francisco de Assis, 1920 e 2013.

Fonte: Acervo André Dangelo.

Ao contrário dos outros núcleos setecentistas mineiros – Ouro Preto, Diamantina e Tiradentes, onde a arquitetura colonial prevaleceu como uma constante em todo o século XIX e início do XX em razão do desaquecimento da economia – São João Del Rei, desde a metade do século XIX, já tinha se estabelecido como o principal entreposto comercial com o oeste do Estado, o que culminou na construção de um ramal férreo numa ação conjunta da cidade e do governo federal. Esta ação consolidou a já fecunda vocação comercial e atacadista da cidade, gerando um novo ciclo econômico que durou até a década de 1940. Este período proporcionou à cidade um rico acervo arquitetônico de influência eclética que se espalhou pelas áreas próximas à nova estação ferroviária, como também em alguns trechos da consolidada cidade do século XVIII. Esta pluralidade arquitetônica deu a São João Del Rei uma fisionomia totalmente diferenciada dos antigos núcleos coloniais.

Uma breve compilação de textos produzidos acerca dos conceitos de paisagem e paisagem cultural demonstra, contudo, que não há uma definição coesa, complexificando o estabelecimento de uma análise crítica do problema da preservação destes bens. Chantal Blanc-Pamard & Jean-Pierre Raison (1986), por exemplo, afirmam que paisagem é um termo polissêmico, cada vez mais utilizado por diversas disciplinas que nem sempre dialogam entre si, fazendo com que cada uma o utilize segundo seus próprios entendimentos. Tal polissemia não é típica apenas das múltiplas abordagens disciplinares, mas decorre também do seu emprego no senso comum, inclusive de modo metafórico. Diversos autores discutem a adjetivação do termo paisagem, ora considerando a necessária dependência aos atributos (BAILLY & BEGUIN, 2001), ora questionando sobre a ubiquidade desta perspectiva (WIEBER, 1995). Assim, a palavra paisagem recobre um vasto campo semântico e não é desprovida de significado. Suas variadas definições decorrem de visões igualmente diferenciadas, surgidas dos contextos nas quais são empregadas.

Do ponto de vista etimológico, a origem do termo paisagem remonta ao século XV, nos Países Baixos, tendo surgido sob a forma de *landskip*³, termo aplicado a quadros que representavam a natureza a partir de um enquadramento definido, como se fosse uma vista de uma janela. Os rebatimentos dessa gênese da paisagem na arte sobre as interpretações que dela se fizeram posteriormente não podem ser negligenciados. Mesmo buscando a maior fidelidade possível na reprodução da natureza em tela, a escolha do ponto de observação e do enquadramento da vista dependia da tomada de decisão do pintor (CLAVAL, 2004), logo, de uma interpretação particular do meio. Podemos aferir que tal circunstância se reflete, hoje, na construção de metodologias de abordagem e análise da paisagem e da paisagem cultural.

³ Segundo SCHAMA (1996), o termo *landskip* correspondia à versão coloquial inglesa do termo original holandês *landschap*. De *landskip* derivaram seus correlatos em outros países: *landschaft* (alemão), *landscape* (inglês); da raiz *land*, as línguas latinas retiram a idéia de extensão de *pays*, criando *paysage* (francês), *paesaggio* (italiano) (CLAVAL, 2004, p.14).

Apesar do surgimento do termo paisagem remontar ao século XV, Relph (1981) destaca que, da sua gênese até o século XIX, seu emprego foi realizado sem maiores preocupações conceituais, não tendo suscitado discussões acerca dos seus significados ou se tornado tema específico de investigação. Contudo, no século XX, ao mesmo tempo em que a paisagem foi sendo abandonada pela arte, despertou gradativamente o interesse acadêmico por seu estudo; suas variações conceituais, seus componentes formais, suas qualidades, seus modos de apreensão e outros aspectos passaram a ser examinados tanto por geógrafos, quanto por historiadores e arquitetos, dentre outros.

Pode-se dizer que a partir dos anos 1970, assiste-se a uma diversidade de enfoques quanto à concepção do termo paisagem tanto no campo da Arquitetura e Urbanismo quanto no domínio da Geografia. Cada vez mais passaram a ter importância para os estudos da paisagem as percepções, os valores e as atitudes humanas, que vinham sendo ignorados ou tratados apenas periféricamente, promovendo o seu resgate como tema de estudo urbano e geográfico, que havia sido praticamente esquecido pelas vertentes teórico-quantitativa e crítica (AMORIM FILHO, 1987). Uma das orientações que surgiu no seio da vertente humanística e que contribuiu para o resgate da paisagem foi estabelecida pelos geógrafos que se dedicaram aos fatores culturais e se esforçaram em compreender a sua interferência sobre a produção e organização do espaço geográfico, dando origem a uma nova geografia cultural (BOTELHO, 1987) e, conseqüentemente, a uma nova paisagem cultural.

A interferência humana sobre a paisagem natural ao longo do tempo gerava a paisagem cultural, cuja expressão formal englobava todas as manifestações do homem registradas na paisagem: densidade populacional, mobilidade, habitação, produção, comunicação, dentre outras. “A cultura é o agente, a área natural é o meio, que a paisagem cultural agrupa. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado.” (SAUER, 1999, p.309-310, tradução nossa) ⁴. A paisagem cultural estava sujeita a mudanças no tempo, à medida que o fator cultura ou a própria paisagem natural alteravam-se. Devia-se, portanto, estudá-la de modo evolutivo.

Também num esforço de reavaliar a noção de paisagem, Pitte (1986) defende que o seu entendimento cultural é uma forma de repensá-la do ponto de vista geográfico. Para ele, a retomada da noção de paisagem cultural é uma perspectiva das mais recentes, trazendo à tona a necessidade de considerar a realidade geográfica através de sua percepção, mediada pelos sentidos humanos. A paisagem é perceptível pelos sentidos, impregnada de subjetividade e seletividade, sobre as quais a cultura desempenha uma influência significativa.

⁴ Culture is the agent, the natural area is the medium, the cultural landscape group. Culture is the agent, the natural area is the medium, the cultural landscape the result.

Autores como Norton (2002) e Berque (1998) contribuem para a construção do conceito de paisagem cultural. Do primeiro, aprendemos que a interpretação simbólica da cultura que emergiu com a vertente humanística conduziu a uma nova compreensão cultural da paisagem, focada em seus aspectos simbólicos e em suas formas de representação, passíveis inclusive de serem abordados por uma investigação iconográfica. Como espaço repleto de significados, a paisagem transforma-se em lugar, uma construção cultural do espaço.

Para Paul Claval (1999), a cultura manifesta-se espacialmente através de estruturas visíveis, as paisagens, que constituem objeto de investigação. Como uma espécie de registro dos traços culturais, a paisagem humanizada – assim denominada pelo autor – revela apenas parcialmente a cultura dos grupos e não assegura um retrato fiel da sociedade a que se refere, pois freqüentemente possui grande inércia, sendo fruto da ação contínua de variados atores ao longo do tempo. Isso torna sua interpretação ambígua e difícil, porém também fascinante porque não deixa de ser “arqueológica”. Além disso, a paisagem não conforma uma composição planejada e as tentativas de compreender sua estruturação devem considerar tanto as lógicas de organização funcional da vida social e produtiva, quanto a sua dimensão simbólica. Para Claval (1994), o estudo das paisagens “[...] é um dos caminhos reais para compreender o mundo. O perigo, talvez, é esperar muito dele.” (p.134). É preciso reconhecer que as paisagens, embora constituam uma importante dimensão cultural do mundo, apresentam limitações que não podem ser desconsideradas: não são um reflexo claro das sociedades que as produziram, não fornecem mensagens inequívocas que possam ser consensualmente interpretadas, e carregam resquícios passados que se superpõem ou justapõem aos traços recentes. Não são, porém, objetos de análise desqualificados; são apenas mais complexos e, conseqüentemente, mais sedutores.

Esta investigação se propôs a escrutinar na permanência do substrato físico, os elementos imateriais, conformadores da paisagem cultural. O referencial teórico-crítico que permitiu compor uma leitura a partir da iconografia histórica que ultrapassa os elementos físicos registrados, buscando na interação entre homem e meio uma difícil mas delicada relação. Se a dificuldade se impõe pelos contrastes estabelecidos pela modernidade em face à história, os indivíduos e a sociedade operaram uma gentil teia entre passado e futuro, elaborada entre os elementos da paisagem natural, o tecido urbano, os monumentos públicos e religiosos, e as tradições que se perpetuam.

Bibliografia

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. O contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na geografia. In: AMORIM FILHO et al. Percepção ambiental: contexto teórico e aplicações ao tema urbano. Belo Horizonte: IGC-UFMG, 1987. p.9-20.
- BAILLY, Antoine; BEGUIN, Hubert. Introduction à la géographie humaine. Paris: Armand Colin, 2001.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.83-89.
- BLANC-PAMARD, Chantal, RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986. v.8: Região, p.138-160.
- BOTELHO, Caio Lóssio. A filosofia e o processo evolutivo da geografia. Fortaleza: UFCE, 1987.
- BRASIL. Decreto n.80.978, de 12 dez. 1977. Promulga a Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, 1972. In: SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade. São Paulo: Peirópolis, 2003. p.181.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n.127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial, Brasília, 5 mai. 2009. p.17.
- BRASILEIRO, Vanessa Borges. São João Del Rei: uma proposta de leitura do patrimônio ambiental. 87f. Monografia de Especialização, Belo Horizonte, UFMG,1996.
- BRUNET, Roger. Analyse des paysages et sémiologie: éléments pour un débat. In: ROGER, Alain (Org.) La théorie du paysage en France: 1974-1994. France: Champ Vallon, 1995. p.7-20.
- CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. Lisboa; Rio de Janeiro: 1983. 202p.
- DANGELO, Andre G.D. São João Del Rei e o SPHAN – 60 anos de conflitos na gestão do Centro Histórico Tombado. Editora UFJF, 2001.
- FLORES, Ralf José Castanheira. São João Del Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade de São Carlos, 2009.
- LACOSTE, Yves. A quoi sert le paysage? Qu'est-ce un beau paysage? In: ROGER, Alain (Org.) La théorie du paysage en France: 1974-1994. France: Champ Vallon, 1995. p.42-73.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Edições 70, 1988.
- MÉO, Guy Di. Géographie sociale et territoires. Paris: Nathan, 2001.
- NORTON, William. Human geography. Toronto: Oxford University Press, 2002.

- ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 23 nov. 1972. In: SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade. São Paulo: Peirópolis, 2003. p.183-202.
- PITTE, Jean-Robert. Histoire du paysage français. Paris: Tallandier, 1986. (Tome I – Le sacré: de la préhistoire au XVe siècle, p.13-24.)
- RELPH, Edward. Place and placelessness. London: Pion Limited, 1980.
- RELPH, Edward. Rational landscapes and humanistic geography. London: Croom Helm, 1981.
- SAUER, Carl. The morphology of landscape. In: AGNEW, John, LIVINGSTONE, David N., ROGERS, Alisdair (Ed.). Human geography: an essential anthology. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. p.296-315.
- SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória. Brasília: MEC, 1980. (Publicações do SPHAN, 31).
- SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- VARGAS, Heliana Comin, CASTILHO, Ana Luisa Howard de. Intervenções em centros urbanos. S.l.: Manolo, 2005.
- VIEGAS, Augusto. Notícia de São João Del Rei. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.